

IMPACTO DA ESTRUTURA INSTITUCIONAL DE QUATRO BLOCOS LATINO-AMERICANOS PARA A INTEGRAÇÃO REGIONAL

IMPACT OF THE INSTITUTIONAL STRUCTURE OF FOUR LATIN AMERICAN BLOCKS FOR REGIONAL INTEGRATION

Bruna Hamerski¹

UDESC-ESAG: <https://orcid.org/0000-0003-2029-394X>

Fabiana Prietos Peres²

UFPE: <https://orcid.org/0000-0002-2610-0662>

Viviana Samara Yoko Matsui³

FDRP-USP: <https://orcid.org/0000-0001-5227-217X>

DOI: 10.21680/1982-1662.2022v5n33ID27916

Resumo

Este artigo buscou identificar como se organiza a estrutura institucional de quatro blocos latino-americanos de Integração Regional (Mercosul, Unasul, Alba e Celac), fazendo comparações entre os blocos, para verificar o impacto da estrutura na Integração Regional. Partiu-se de pesquisa exploratória e descritiva da estrutura dos blocos, dos tratados firmados entre os blocos sobre a estrutura institucional e de estudos relacionados ao tema. Os achados mostram que o Mercosul tem viés econômico, mas também força política internacional, enquanto a Unasul e a Celac têm objetivos essencialmente políticos. A Alba, por sua vez, apresentou mais avanços rumo

¹ E-mail: bruh_hamerski@hotmail.com

² E-mail: fabianaprietosperes@gmail.com

³ E-mail: Vivianamatsui@gmail.com

à Integração Regional, o que mostra que não necessariamente a existência de uma entidade supranacional está relacionada ao sucesso da integração, pois a Alba é o bloco mais intergovernamental dentre os blocos analisados. Contudo, uma ressalva a respeito da Alba é sua posição adotada nos últimos anos com relação ao petróleo, elemento que prejudicou o bloco no cenário internacional. Os outros blocos também possuem tendência ao intergovernamentalismo e as relações interpresidenciais predominam, sendo uma exceção apenas a Celac, que se mostrou ferramenta de fortalecimento político da América Latina frente ao cenário internacional, mas que pouco avança na Integração Regional.

Palavras-chave: Cooperação. Integração. Integração Regional. Relações Internacionais.

Abstract

This article sought to identify how the institutional structure of four Latin American blocks of Regional Integration (Mercosur, Unasur, Alba and Celac) is organized, making comparisons between the blocks to verify the impact of the structure on Regional Integration. It began with an exploratory and descriptive research on the structure of the blocks, on the treaties signed between the blocks on the institutional structure and on studies related to the topic. The results show that Mercosur has an economic bias, but also an international political force, while UNASUR and CELAC have essentially political objectives. Alba, in turn, showed more progress towards Regional Integration, which shows that the existence of a supranational entity is not necessarily related to the success of integration, as Alba is the most intergovernmental bloc among the analyzed blocks. However, a caveat about Alba is the position adopted in recent years in relation to oil, an element that has harmed the bloc on the international scene. The other blocs also show a tendency towards intergovernmentalism and inter-presidential relations predominate, with the exception of CELAC, which proved to be a tool for political strengthening of Latin America in the international scenario, but which made little progress in Regional Integration.

Keywords: Cooperation. Integration. Regional Integration. International relations.

Introdução

A temática da Integração Regional avançou consideravelmente em termos de produção teórica na América Latina recentemente, sobretudo, devido à crise ocasionada pela pandemia da Covid-19, contexto no qual o aprofundamento da Integração Regional latino-americana é visto como a chave para impulsionar a recuperação (CEPAL, 2020). No entanto, ainda existem dificuldades em pensar um modelo de Integração Regional para a América Latina, uma vez que a grande maioria dos estudos se baseia no modelo europeu de Integração Regional (FERREIRA, 2021).

Nesse contexto, apesar da existência de dificuldades na integração latino-americana, o desejo de uma América Latina integrada sempre esteve na agenda da política externa da maioria dos países latino-americanos (OLIVEIRA, 2017). Contudo, cabe destacar o cenário recente de mudanças políticas nos países sul-americanos, que possui impacto significativo na Integração Regional, cabendo destacar o esvaziamento de um importante bloco: a União das Nações Sul-americanas (Unasul), com a saída de mais da metade dos Países-Membros do bloco (ARAUJO; NEVES, 2021) e também a crise vivenciada pela Alba, dadas suas peculiaridades no processo de Integração Regional (PORRATA-DORIA, 2022).

Apesar destes obstáculos à Integração Regional, cabe destacar que os princípios da horizontalidade, da equidade e do consenso permeiam os objetivos e os avanços alcançados ao longo do tempo na maioria dos blocos, com exceções pontuais, destacando o Mercosul como um importante bloco para a América do Sul, apesar de pouco ter avançado em relação a uma efetiva Integração Regional, com a ressalva para os interesses políticos que estão presentes em todos os blocos (CALVENTO; ROLANDI, 2015).

Com as mudanças na estrutura, composição, tratados, saída e entrada de Países-Membros dos blocos, a dinâmica de Integração Regional e diálogo podem sofrer mudanças significativas, podendo fazer com que estes espaços fiquem subutilizados (FERREIRA, 2021). Neste contexto, interessa investigar o quanto essa dinâmica influencia a Integração Regional dos quatro principais blocos latino-americanos: Mercado Comum do Sul (Mercosul), Unasul, Aliança Bolivariana para as Américas (Alba) e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (Celac). Mais especificamente, interessa investigar a influência da estrutura institucional dos blocos para a Integração Regional latino-americana. Portanto, manifesta-se o problema de

pesquisa: em que medida a estrutura dos blocos analisados facilita ou dificulta a Integração Regional?

Em termos de objetivos, buscou-se, como objetivo principal, apontar a influência da estrutura institucional dos blocos no sucesso ou fracasso da Integração Regional. Para tanto, dois foram os objetivos específicos: compreender a estrutura institucional de cada bloco, através dos tratados relacionados à organização estrutural dos blocos e relacionar as estruturas dos blocos entre si. Tais objetivos se mostraram necessários para entender se existem indícios de que as estruturas institucionais destes organismos regionais afetam a integração entre eles.

Tal análise se faz relevante, sobretudo, pela importância teórica, uma vez que há diversas fases pelas quais um bloco econômico pode se encontrar, desde o ponto de vista econômico, argumentando que a integração pode se dar na forma de Zona Franca, União Aduaneira, Mercado Comum, União Econômica, União Monetária e União Econômica e Monetária (BALASSA, 1964), sendo, portanto, a fase na qual o bloco se encontra um fator que pode interferir sobremaneira no processo de Integração Regional, que tem influência de sua estrutura institucional. Neste contexto, embora existam estudos que analisem os blocos de maneira isolada em relação à qual etapa de Integração Regional se encontram, há uma lacuna teórica no que se refere à comparação entre as estruturas e tratados entre os diferentes blocos. Tal lacuna foi observada a partir de revisão bibliográfica, que buscou mapear o estado da arte sobre o tema, realizada nas bases de dados *Scopus*, *Web of Science*, *Science Direct*, *Redalyc* e *Scielo*.

Ademais, destaca-se a contribuição prática do estudo, pela necessidade de integração e fortalecimento dos países latino-americanos, visto que experiências anteriores de Integração Regional foram bem sucedidas e trouxeram contribuições sociais importantes, como acordos de livre comércio. No atual contexto, em que se vivencia a pandemia da Covid-19, que já mostra indícios de superação, a Integração Regional se mostra uma estratégia importante para o enfrentamento dos desafios globais ocasionados pelo contexto pandêmico e pós-pandêmico (LIMA; VILLAMAR, 2021).

Em termos metodológicos, o trabalho se caracteriza como exploratório e descritivo, tendo em vista que buscou-se analisar a estrutura institucional dos blocos, através dos tratados de estrutura institucional, e relacioná-la com a fase de

Integração Regional na qual o bloco se encontra, argumentando que a estrutura possui influência na Integração Regional. Tal argumento se deu com base em análise crítica e problematização dos dados apresentados, que foram discutidos na sequência. Entender a literatura que permeia a discussão da Integração Regional é o objetivo das próximas páginas.

Relações Internacionais e Integração Regional

Historicamente, a Integração Regional se institucionalizou na década de 1960, com a Associação Latino-Americana de Livre Comércio (Alalc), mas foi com o Mercosul, em 1991, que começou a dar passos para uma Integração Regional mais estruturada. Da mesma forma, os blocos Alba, Unasul e Celac contribuíram significativamente, mas de formas distintas, para a integração latino-americana.

Para compreender o tema da Integração Regional, é necessário conceber alguns conceitos relacionados às Relações Internacionais, como a teoria do liberalismo, realismo, teoria da dependência, etapas da Integração Regional, e alguns conceitos como o intergovernamentalismo, o supranacionalismo, o regionalismo e o multilateralismo (VALDEZ; JUBRAN; LEÃES, 2015), que serão apresentados a seguir.

O pensamento liberal emergiu após a Primeira Guerra Mundial, elaborando estratégias para prevenir uma nova guerra. Para os liberais, o uso da razão permitiria a construção de uma ordem internacional pacífica. Os liberais acreditavam que se os cidadãos fossem ativos na política e propusessem soluções que tornassem o sistema mais cooperativo, haveria paz, bastando, portanto, a cooperação entre os países (VALDEZ; JUBRAN; LEÃES; 2015, p. 12).

O realismo surgiu como um contraponto à teoria liberal, acreditando que uma instância supranacional é necessária para coordenar a ação do Estado. Assim, acredita-se que a anarquia é um desincentivo à cooperação, porque se um dos lados trapacear acabaria a colaboração. Por isso, para os realistas, os Estados resistem às iniciativas de promoção da paz, visto que procuram priorizar apenas a sua própria segurança (VALDEZ; JUBRAN; LEÃES; 2015, p. 12).

Apesar das diferenças, as duas teorias concordam sobre a anarquia do sistema internacional. Entretanto, enquanto os realistas acreditam que a anarquia é elemento gerador de desequilíbrios e confrontos, os liberais acreditam que se usarmos a razão para atenuar as diferenças, é possível promover a cooperação (VALDEZ; JUBRAN;

LEÃES; 2015, p. 12-13).

Logo, nota-se que estamos falando sobre as relações entre os Estados e, neste contexto, cabe mencionar a teoria da dependência, que discute a dinâmica internacional, afirmando que a ação dos atores é condicionada pelo sistema internacional, considerando a dialética centro-periferia da economia mundial como ponto de partida. A área perdedora pode ser chamada de “periferia” e a área vencedora de “centro”, nomes que refletem, de fato, a estrutura geográfica dos fluxos econômicos. A concentração do capital em alguns Estados criou a motivação política para a formação de um aparato estatal forte, dotado de capacidade de garantir que o aparelho estatal nas áreas periféricas permaneça mais fraco (WALLERSTEIN, 2001). Quando nos referimos à “periferia”, estamos falando da América Latina.

No âmbito da Integração Regional, a América Latina também deve ser analisada com ressalvas, quando comparada aos países de Primeiro Mundo. Em primeiro lugar, devido às barreiras relacionadas à educação. Em segundo lugar, devido às barreiras relacionadas ao acesso e produção de tecnologias. Tais elementos refletem na industrialização dos países latino-americanos, que acabam ficando fadados à produção de matéria-prima e bens não processados, o que, conseqüentemente, influencia o processo de Integração Regional. Isto porque estes países ainda dependem sobremaneira da importação e possuem um desenvolvimento econômico fortemente aliado à exportação (JARRÍN *et al.*, 2021).

Ao observar a dinâmica das relações internacionais, parece que a “periferia” vive seu maior desenvolvimento econômico, e principalmente industrial, quando enfraquece seus laços com o centro. O desenvolvimento industrial na Argentina, no Brasil e no México ocorreu durante os períodos das duas guerras mundiais, quando os laços com o centro foram enfraquecidos (FRANK, 1979). Portanto, neste trabalho, argumenta-se a respeito da Integração Regional como forma de fortalecimento dos países da América Latina. Mas de que Integração Regional estamos falando? Esta palavra pode se referir tanto ao processo quanto ao resultado final. Porém, quando falamos de Integração Regional na América Latina, nos referimos ao processo, pois ainda é um caminho em construção (GINESTA, 1999). Este processo pode ter elementos econômicos, políticos, culturais, dentre outros.

Balassa deu uma contribuição relevante para a compreensão da teoria da integração econômica. Para o autor, integração econômica é a abolição das restrições à circulação de mercadorias entre os Estados. Esse processo ocorreria em etapas, havendo cinco fases de evolução da integração: Zona Franca, União Aduaneira, Mercado Comum, União Econômica e Integração Econômica Total (BALASSA, 1964).

A Zona Franca é a forma mais simples, no âmbito da qual ocorre a eliminação das restrições comerciais entre os Estados participantes e a eliminação das barreiras tarifárias e não tarifárias, para facilitar a circulação de mercadorias e unificar o controle de qualidade e padronização dos produtos. A autonomia dos Estados-Membros para definir suas políticas tarifárias em relação a terceiros é mantida. Na segunda fase - União Aduaneira - além da eliminação das barreiras tarifárias, é adotada uma Tarifa Externa Comum (TEC) em relação a terceiros, gerando uma harmonização de políticas econômicas dentro do bloco. A terceira fase - Mercado Comum - ocorre quando, além da livre circulação de mercadorias e da existência de uma tarifa externa comum, ocorre a livre movimentação dos fatores de produção. A quarta fase - União Econômica - engloba todas as características do Mercado Comum e prevê a harmonização das legislações nacionais relacionadas ao sistema econômico. A quinta e última fase - Integração Econômica Total - pressupõe a unificação das políticas monetária, fiscal, social e anticíclica e requer uma autoridade supranacional, a fim de eliminar todos os tipos de barreiras e promover a livre circulação de bens, serviços e pessoas (BALASSA, 1964).

Entretanto, pode-se diferir os processos de Integração Regional não apenas pelas etapas, mas também por outros elementos. Desse modo, em relação ao papel dos Estados, destaca-se os conceitos de intergovernamentalismo e supranacionalismo. O intergovernamentalismo prega que os Estados são atores centrais na dinâmica internacional mesmo quando estão relacionados em processos de Integração, ressaltando sua soberania (HOFFMAN, 1966). Por meio da cooperação internacional, os Estados definem interesses e negociam entre si para alcançá-los. Para essa teoria, os Estados têm o poder de tomar decisões, não havendo autoridade acima deles (MARIANO; MARIANO; 2002). Quando o processo intergovernamental começa a avançar, torna-se necessário que um órgão superior exerça o controle. Dessa forma, o supranacionalismo seria a etapa final da integração. Tal conceito teve origem com a União Européia, que reconheceu a existência de um poder maior do que os Estados-

Membros. O conceito de supranacionalidade está vinculado à delegação de poderes, dos Estados-Membros a órgãos supranacionais (GOMES, 2003). Os Estados devem cumprir o que está definido no órgão supranacional, sem a necessidade de ratificar a decisão (KINDERMANN, 2006).

No caso do intergovernamentalismo, um grande exemplo é a Alba, que foi criada tendo por objetivo principal a parceria entre os países Venezuela e Cuba, mas cujos avanços ficam dependentes da vontade política de seus idealizadores. Tal elemento de observa pela sustentação do projeto por muitos anos, devido às afinidades ideológicas entre os presidentes dos dois países, mas que entrou em crise após a morte de Hugo Chavez, em 2013, e Fidel Castro, três anos depois (ALBA, 2004; GRATIUS; PUENTE, 2018).

Outro fator que também influencia o processo de Integração Regional está relacionado ao modo como os países enxergam a integração: em nível mundial ou entre países da mesma região. No primeiro caso, estamos falando de multilateralismo, modelo que sustenta que a busca pelo livre comércio deve ser a meta final. Os defensores desse modelo argumentam que a solução é o aprofundamento das trocas, em escala mundial (SABBATINI, 2001, p. 3). No segundo caso, falamos de regionalismo, ou seja, mercado regional, harmonização de regulamentos que interferem na livre circulação de bens, pessoas e capitais, mecanismos financeiros e políticas comuns. O regionalismo pode ser aberto ou fechado, sendo que no regionalismo aberto podem ser produzidos acordos com países de fora do bloco, o que não é permitido no regionalismo fechado (SENHORAS, 2008). A seguir será apresentada a estrutura dos blocos e como ela se relaciona aos conceitos apresentados até aqui.

A estrutura dos blocos de Integração Regional

Para compreender a estrutura institucional dos quatro blocos analisados, foi realizada pesquisa exploratória e descritiva dos tratados firmados entre os blocos a respeito da estrutura institucional, bem como a busca de estudos e notícias relacionados ao tema, visando mapear como os blocos estão estruturados. A pesquisa teve natureza exploratória porque mapeou documentos que ainda não receberam um tratamento analítico - os tratados de constituição dos blocos - e descritiva porque buscou descrever a estrutura dos blocos para observar como ela influencia o processo de Integração Regional. Para compreensão da estrutura institucional dos blocos, foram

analisados os tratados apresentados no Quadro 1.

Quadro 1 - Blocos de integração e respectivos tratados analisados

Bloco	Tratado
Alba	<p>Declaración Conjunta entre el Presidente de la República Bolivariana de Venezuela y el Presidente del Consejo de Estado de la República de Cuba para la Creación del ALBA. Havana, 2004.</p> <p>Acuerdo para la aplicación de la Alternativa Bolivariana para los pueblos de nuestra América y el Tratado de Comercio de los pueblos. Havana, 2006.</p>
Celac	<p>I Cúpula da Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos (CELAC) - Caracas, 2 e 3 de dezembro de 2011.</p> <p>Estatuto de Procedimentos da Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (CELAC). México, 2010.</p>
Mercosul	<p>Tratado de Assunção. Tratado para a constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai. Assunção, 1991.</p> <p>Protocolo de Ouro Preto. Protocolo adicional ao Tratado de Assunção. Sobre a estrutura institucional do Mercosul. Ouro Preto, 1994.</p>
Unasul	<p>Tratado Constitutivo da União de Nações Sul-Americanas. Brasília, 2008.</p>

Fonte: elaboração própria, com base nos dados da pesquisa.

No que se refere à abordagem, a pesquisa pertence ao campo qualitativo, pois seu foco está nos elementos da Integração Regional que possuem relação com a estrutura dos blocos, cujos resultados serão apresentados em formato de narrativa.

Em relação ao levantamento bibliográfico dos estudos relacionados ao tema, foram consultadas as bases de dados: *Scopus*, *Web of Science*, *Sciende Direct*, *Redalyc* e *Scielo*. Em todas as bases, foi realizada a pesquisa com os seguintes termos: ("regional integration" AND "Latin America") AND ("Mercosul" OR "Unasul" OR "Alba" OR "Celac"). Apesar da ampla gama de estudos relacionados ao tema, constatou-se que a comparação entre as estruturas institucionais de blocos distintos de Integração Regional, apesar de relevante e de grande contribuição para o avanço da Integração,

ainda não está presente na literatura. A relação entre a estrutura e a Integração Regional realizada neste trabalho irá iniciar pelo Mercosul, seguido por Unasul, Alba e Celac.

O Mercosul hoje é o principal bloco econômico da América Latina (RÔSE; CESTARI, 2020). Ele foi o primeiro bloco a instaurar um Mercado Comum, o que pode ser observado através do primeiro tratado, em 1991. Em 1994, outro tratado, o Protocolo de Ouro Preto, trouxe uma novidade: a personalidade jurídica do Mercosul (REZEK, 2018). Foi a partir desse momento que o Mercosul se tornou detentor de direitos e deveres, emergindo como uma entidade no cenário internacional e possibilitando a relação do bloco com outros países, blocos econômicos e com outros organismos internacionais. Hoje, os Estados que compõem o bloco são Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (CONEXOS, 2021; MERCOSUL, 1994).

Outra importante contribuição do Protocolo de Ouro Preto, conforme destacado pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil, foi a consolidação de uma “regra do consenso no processo decisório” a qual elencou as “fontes jurídicas do Mercosul e instituiu o princípio da vigência simultânea das normas adotadas” (MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2021).

Em relação à estrutura do Mercosul, em um primeiro momento, cabe destacar a Presidencia Pro Tempore, que é exercida por rotação dos Estados-Membros, por um período de seis meses. Atualmente, é exercida pelo Paraguai. Os órgãos decisórios da estrutura institucional do Mercosul são: o Conselho do Mercado Comum (CMC), responsável pela direção política, consolidação dos objetivos e cumprimento do Mercado Comum, pelos Ministros das Relações Exteriores e da Economia; o Grupo Mercado Comum (GMC), que é o órgão executivo, integrado por membros do Ministério das Relações Exteriores, Economia e Bancos Centrais, que é responsável por estabelecer programas de trabalho e negociar acordos com terceiros e é coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores; e a Comissão de Comércio do Mercosul (CCM), que é responsável por auxiliar o GMC, garantindo os instrumentos de política e monitorando as questões de política comercial comum, ela é composta por quatro membros titulares e quatro suplentes por país, sendo coordenado pelos Ministérios das Relações Exteriores (MERCOSUL, 2021a).

Cabe destacar que a criação dos órgãos acima não foi inteiramente dada pelo Protocolo de Ouro Preto. Isto porque dois órgãos, a saber: o Conselho do Mercado

Comum (CMC) e o Grupo do Mercado Comum (GMC) foram criados no Tratado de Assunção (MERCOSUL, 1991), mas foi com o Protocolo de Ouro Preto, que criou os outros órgãos, que a estrutura institucional do bloco foi concebida, dado que foi observada essa necessidade na época (MERCOSUL, 1991).

Cada órgão dos mencionados acima possui outros órgãos relacionados e/ou subordinados, mas sem poder decisório. Por fim, cabe salientar dois outros componentes do organograma do Mercosul: a Secretaria do Mercosul (SM), que é um órgão de apoio, e o Parlamento do Mercosul (Parlasul), que é um órgão de representação cidadã. Atualmente, é composto por 18 parlamentares por país, designados pelos seus respectivos congressos nacionais. O Parlamento do Mercosul (Parlasul) possui muita importância porque seus membros são eleitos de forma direta. Caso um novo país venha a aderir ao Mercosul, ele contará com o número de cadeiras correspondentes no Parlasul, o que é muito importante para a participação cidadã na Integração Regional. Ademais, destaca-se a possibilidade de o Parlasul elaborar pareceres sobre normas enviadas ao Mercosul, projetos e anteprojetos de normas, declarações sobre assuntos de interesse público, recomendações aos órgãos decisórios, relatórios sobre temas específicos (MERCOSUL, 2021a).

Importante destacar algumas informações demográficas relacionadas ao bloco. Os países que fundaram o bloco, mais a Venezuela (que foi suspensa), formam mais de 70% do território da América do Sul e também respondem por mais de 70% do Produto Interno Bruto (PIB) da região. Logo, poderia ser afirmado que o bloco seria a quinta maior economia do mundo, uma vez que também é o principal receptor de investimentos na região (AGÊNCIA SENADO, 2021).

Outro bloco importante da América do Sul é a Unasul. No entanto, este bloco, que já foi composto por 12 países, quais sejam: Argentina, Brasil, Uruguai, Paraguai, Bolívia, Colômbia, Equador, Peru, Chile, Guiana, Suriname e Venezuela, hoje é composto apenas pela Bolívia, Guiana, Suriname e Venezuela. Nos últimos anos, 7 países deixaram o bloco, alegando divergências e outras prioridades. Em 2019, 8 países da América do Sul assinaram a declaração de Santiago, oficializando a criação de outro bloco, que se mostra como tendência de substituição da Unasul, o Fórum para o Progresso e Desenvolvimento da América do Sul - Prosul. No entanto, com base na opinião de especialistas, o bloco já nasceu excludente, podendo comprometer a economia sul-americana, pois todos os seus países estão alinhados aos Estados Unidos.

No caso da Unasul, isto não acontece, pois todos os países da América do Sul, independente do governo, participaram do bloco (ANGELO, 2019; ALVAREZ, 2021).

Quanto à organização interna, de acordo com o Tratado Constitutivo, a Unasul se divide em cinco órgãos. O órgão máximo é o Conselho de Chefes de Estado e Governo, que se encarrega das diretrizes, planos de ação, programas e projetos, além de decidir sobre as propostas dos conselhos de relações exteriores e adotar as diretrizes políticas e relações com terceiros. Na sequência, destaca-se a Presidência Pro Tempore, que convoca e preside reuniões, apresenta o programa anual de atividades do bloco, representa a Unasul em eventos internacionais e assume compromissos com terceiros. A Presidência é exercida por ordem alfabética, para cada Estado Membro, pelo período de um ano. Na mesma hierarquia da Presidência Pro Tempore, cabe destacar o Conselho de Ministros das Relações Exteriores, que implementa as decisões do Conselho de Chefes de Estado, desenvolve e promove o diálogo regional e internacional, aprova o programa anual de atividades e o orçamento operacional anual e executa as orientações políticas nas relações com terceiros. Abaixo na hierarquia, está o Conselho de Delegados, que implementa as Decisões do Conselho de Chefes de Estado e as Resoluções do Conselho de Ministros das Relações Exteriores e compatibiliza e coordena as iniciativas com outros processos de Integração Regional e sub-regional em vigor. Por fim, no mesmo nível hierárquico que o Conselho de Ministros das Relações Exteriores, destaca-se a Secretaria-Geral, que propõe iniciativas e acompanha as diretrizes dos demais órgãos, atuando como depositária dos Acordos em seu âmbito. Além disso, coordena, com outras entidades de integração latino-americana e caribenha, o desenvolvimento das atividades que lhe são confiadas (UNASUL, 2008). Os países que saíram da Unasul alegaram que o novo bloco, Prosul, deve ter uma estrutura leve e flexível, tendo sido a denúncia da estrutura da Unasul uma justificativa para a saída do bloco. Para estes países, é necessário que haja regras claras e mecanismo ágil de tomada de decisões (UNASUL, 2008; MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, 2019).

Em relação à realidade atual, cabe ressaltar que o bloco possui uma tendência ao esvaziamento. Como enfatizado pela literatura, um grande obstáculo ao crescimento do bloco foi o fato de ficar fortemente atrelado ao papel brasileiro de liderança regional. Tal elemento acabou por enfraquecer a Integração Regional quando o Brasil teve sua posição enfraquecida na política internacional. Por isso, o

bloco ficou enfraquecido tanto em termos econômicos quanto políticos, tendo em vista que o Brasil perdeu força política e econômica perante o cenário internacional (ANTUNES, 2021).

Contudo, é importante ressaltar a importância de blocos como a Unasul no sentido de defesa e fortalecimento econômico da região, o que só começou a acontecer na América Latina a partir dos anos 2000, tendo em vista que os objetivos da Integração Regional na região antes desse período eram mais relacionados ao elemento econômico. No caso da Unasul, pode-se dizer que teve um momento de expansão com a criação da estrutura institucional, mas que foi esvaziada entre 2016 e 2019, em detrimento da criação do Prosul (LOYOLA, 2021).

Neste cenário, pode-se trazer a hipótese de que a América do Sul esteja passando pela sua terceira onda de integração, mas que tudo depende da política adotada pelo Brasil, uma vez que o papel assumido por países específicos tem tido importância nos blocos latino-americanos. Tal elemento reforça a unilateralidade em detrimento da multilateralidade, o que denota um paradoxo, mas que, ao mesmo tempo, serve de estratégia de proteção para os demais países do bloco (LOYOLA, 2021).

Na sequência, cabe destacar a Alba, formada pela Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, República Dominicana, Antígua e Barbuda, São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves e Granada (ESTADO DE MINAS, 2021). Tal bloco é importante, pois seu projeto é considerado inovador por estudos presentes na literatura, tendo por objetivo alcançar um nível mais elevado de Integração Regional (FREITAS, 2011).

No entanto, a Alba teve origem numa teoria política e econômica particular, estando fortemente relacionada à política adotada por Cuba e Venezuela, o que também aconteceu no caso da Unasul, que ficou dependente do Brasil. Tal elemento pode prejudicar o desenvolvimento do bloco, uma vez que as decisões devem ser tomadas por consenso e, neste contexto, muitos países podem abandonar o bloco, provocando o esvaziamento (PORRATA-DORIA, 2022). Por isso, as tentativas da Alba de integração podem ter tido uma tendência à frustração, dada sua economia com poucas possibilidades integracionistas, uma vez que o conceito hegemônico de integração mostra que a única forma de implementar um projeto viável baseia-se no institucionalismo (ALGARRA, 2020).

Outro obstáculo ao avanço da Alba foi a definição do petróleo como recurso dependente de sua influência internacional e como estratégia para a sua Integração Regional o fato de a Venezuela ter poder de produção do petróleo. Tal elementou deu força ao país em âmbito regional, mas o enfraqueceu no âmbito internacional (ALGARRA, 2020).

A estrutura institucional da Alba conta com os seguintes órgãos: o Conselho Presidencial, que consiste nos Chefes de Estado e nos órgãos dos governos que integram o bloco; abaixo, na hierarquia, 4 conselhos: o Conselho Social, que é composto pelos ministros das áreas sociais e responsável pelos Programas Sociais; o Conselho Econômico, que é composto por Ministros de cada País-membro nas áreas de indústria, economia, finanças, comércio, planejamento e desenvolvimento; o Conselho Político, que é composto pelos Ministros das Relações Exteriores de cada País membro; e o Conselho de Movimentos Sociais, que é o principal mecanismo de integração e participação social direta. Abaixo do Conselho Político está a Comissão Política, o Comitê Permanente de Defesa e Soberania e o Comitê de defesa da Natureza. Abaixo da Comissão Política está o Grupo de Trabalho sobre Direito Internacional, Autodeterminação, Respeito à Soberania e Direitos Humanos e a Coordenação Permanente (Secretaria Executiva). No entanto, a estrutura institucional da Alba está principalmente centrada no Conselho Presidencial e nos quatro conselhos subsequentes, que têm o mesmo grau de poder, o que constitui um ponto positivo para o sucesso da Integração Regional (APOITIA, 2015).

Com base tanto em seus objetivos quanto em sua estrutura, nota-se que a Alba surgiu com o objetivo de ser um bloco anti-hegemônico e anti-imperialista, dado seu caráter prioritariamente político e o objetivo de uma integração mais solidária, dada a horizontalidade e mesmo grau de poder dos conselhos presentes no bloco (NERY, 2016).

Por fim, cabe destacar, também, a Comunidade dos Estados Latino-americanos e Caribenhos (Celac), que é um mecanismo de diálogo e acordo político que surgiu com o objetivo de buscar o debate político e a consulta sem a participação dos Estados Unidos e Canadá e com a inclusão de Cuba, que havia sido expulsa da Organização dos Estados Americanos (OEA), sendo composta pelos 33 países da América Latina. A Celac está estruturada em cinco níveis de decisão: a Cúpula de Chefes de Estado e Governo, que é a instância máxima da Celac e, além de outras

funções, promove a participação cidadã; duas vezes ao ano, ocorre a Reunião de Ministros das Relações Exteriores; a Presidência Pro Tempore é o órgão de apoio institucional, técnico e administrativo da Celac; o Encontro de Coordenadores Nacionais é a forma de vincular os Estados-Membros à Presidência Pro Tempore; a Troika Ampliada é formada pelo Estado que está na Presidência Pro Tempore, pelo que o precedeu, pelo que vai acontecer e pelo Presidente Pro Tempore da Comunidade do Caribe (Caricom) (NASCIMENTO JUNIOR, 2017).

Nota-se, portanto, que os blocos possuem estruturas institucionais distintas, o que pode influenciar o sucesso ou o fracasso da Integração Regional. Compreender essa influência é o objetivo da próxima seção.

Discussão dos resultados

Ao relacionar o Mercosul com as etapas de Integração de Balassa (1964), nota-se que o bloco foi estabelecido com o propósito de ser um Mercado Comum, mas acabou se consolidando como uma União Aduaneira Imperfeita, uma vez que não existe uma verdadeira Zona de Livre Comércio na região. Há também exceções à aplicação da Tarifa Externa Comum TEC, como a Lista de Exceções à Tarifa Externa Comum (LETEC), que permite aos Países-Membros aplicarem taxas diferentes das estabelecidas na Tarifa Externa Comum TEC para a realização de importações. No entanto, em seu tratado sobre a estrutura institucional, versa que a missão do bloco é que a União Aduaneira se torne um Mercado Comum (MERCOSUL, 1994).

Ademais, o bloco se considera uma entidade supranacional, mas tem traços de intergovernamentalismo (GOMES, 2003; KINDERMANN, 2006), uma vez que a grande assimetria econômica entre os Estados-Membros favorece Estados maiores, como o Brasil e a Argentina. Tal fator também pode ser observado ao olhar para a estrutura institucional do bloco, que leva à afirmação de que o bloco parece ser marcado pelo diálogo interpresidencial, uma vez que apenas três órgãos têm poder de decisão e esses órgãos estão vinculados ao chefe de Estado e ao Ministério das Relações Exteriores de cada país. O Parlasul poderia aumentar a participação da Sociedade Civil. No entanto, por não ser um órgão decisório do Mercosul, acaba por exercer pouca influência, apesar das inúmeras funções exercidas pelo órgão e por este ser representado por parlamentares eleitos de forma direta (MERCOSUL, 2021b). Nesse ínterim, um elemento que dificulta que a Integração Regional tenha um caráter

popular é o fato de o Parlasul não ter poder decisório.

Outro elemento que pôde ser observado no Mercosul, além de sua estrutura institucional, é que todas as decisões devem ser definidas com a aceitação de todos os Estados-Membros. Tal metodologia de tomada de decisão dificulta a formação de uma entidade supranacional. A questão do regionalismo aberto também diz muito sobre os objetivos do bloco. Há uma motivação político-estratégica por parte do Brasil. A ideia de regionalismo aberto também pode ser observada, ao olhar para a participação de megaempresas multinacionais nas economias dos países periféricos que estão integrados (GUIMARÃES, 2013; MERCOSUL, 2021a). As empresas transnacionais utilizam o comércio entre os países do bloco para aumentar seus lucros. Além de não contribuírem para o desenvolvimento da região, desenvolvem seu capital em detrimento dos países periféricos. Tendo em vista o maior desenvolvimento, o Brasil obtém benefícios como superávit crescente em relação aos demais membros do Mercosul.

Em relação à realidade atual, apesar das limitações do Mercosul, cabe destacar sua força, uma vez que, como afirmado anteriormente, o bloco pode ser considerado a quinta maior economia do mundo e principal receptor de investimentos na região (AGÊNCIA SENADO, 2021). Resta acompanhar os próximos passos do bloco e, sobretudo, os desdobramentos políticos e econômicos brasileiros e argentinos, que terão grande influência no futuro do bloco.

O segundo bloco analisado foi a Unasul, criada para permitir a cooperação na América do Sul, desenvolvendo a região e fortalecendo-a no cenário internacional (SOUZA, 2012). Ao contrário do Mercosul, criado com o objetivo de ser um Mercado Comum (embora tenha características de uma União Aduaneira), a Unasul tem entre seus objetivos a integração, bem como premissas que visam o desenvolvimento da região, de forma participativa. Porém, embora tenha sido criada com um viés integrador na América do Sul, não se caracteriza como supranacional, mas intergovernamental, uma vez que os Estados-nação tomam decisões independentes. Sua estrutura é semelhante à da Celac. As divergências concentram-se na questão do Conselho de Ministros das Relações Exteriores, que, na Unasul, está ao lado do Conselho de Delegados e Delegados e da Secretaria-Geral e, na Celac, está no topo, tendo a mesma competência do Presidência Pró-Tempore. Mesmo assim, a Celac não possui uma Secretaria-Geral, como a Unasul, mas possui uma Troika, que acompanha

as atividades da Presidência Pro-Tempore (que é de natureza administrativa). Além disso, enquanto a Celac é organizada por reuniões, a Unasul é organizada por Conselhos. Por fim, o processo decisório da Unasul é baseado no consenso, o que poderia resultar na influência dos poderes do bloco (como Brasil e Argentina, quando a integravam) nas decisões de outros países (NERY, 2016).

Na atualidade, salienta-se a tendência ao esvaziamento da Unasul, que vai ficar dependente do caminho que o Brasil tomará a partir do resultado eleitoral de 2022. O prosul se consolidará como novo bloco e a Unasul tenderá ao esvaziamento completo? O Prosul se destacará como novo bloco no contexto de terceira onda de Integração Regional da América do Sul? A consolidação do Prosul parece ser o caminho dos próximos anos, dado que a Unasul teve um caráter unilateral muito forte, que provocou a saída de diversos de seus membros (ANTUNES, 2021; LOYOLA, 2021).

Na sequência, foi analisada a estrutura da Alba, que, ao contrário do Mercosul, não buscou seguir etapas de integração. Com base em um acordo entre Venezuela e Cuba, surgiu da conjunção de interesses comuns dos Estados-Membros, priorizando as demandas nacionais e a possibilidade de promover práticas que considerem benéficas para o futuro. Tal cooperação demonstra as ideologias dos governos que a criaram, que se manifestam contra o centro hegemônico, os Estados Unidos, e a força de um nacionalismo arraigado, com forte apelo antiimperialista. Embora tenha sido criada apenas por dois países, hoje é composta por 10 países (Venezuela, Cuba, Bolívia, Nicarágua, República Dominicana, Antígua e Barbuda, São Vicente e Granadinas, Santa Lúcia, São Cristóvão e Neves e Granada), o que mostra que houve um avanço em relação à adesão dos países.

Entretanto, como um primeiro problema estrutural do bloco, observa-se o fato de não ter personalidade jurídica de direito internacional o torna o bloco mais intergovernamental de todos, uma vez que não existe um órgão que delibere. No preâmbulo da Declaração, os Estados-Membros anunciam a ideia de integração baseada na cooperação, na solidariedade e na vontade comum de avançar. Um componente que atesta esses objetivos é a estrutura institucional, pois o bloco está dividido em quatro conselhos principais: econômico, político, social e social, de mesmo nível hierárquico. Outro problema estrutural é que a maior parte da estrutura está na Venezuela, o que influencia o avanço das atividades do bloco, já que uma derrota para o chavismo pode levar à estagnação da aliança.

No que tange à contemporaneidade, cabe destacar a peculiaridade política e econômica da Alba, fortemente influenciada por Venezuela e Cuba, o que pode prejudicar o bloco no cenário internacional. Na atualidade, a retomada do crescimento da Alba depende fortemente da posição da Venezuela e de seu posicionamento com relação ao petróleo, o que revela perspectivas não favoráveis ao futuro da Alba (PORRATA-DORIA, 2022).

Por fim, buscou-se analisar a Celac, que possui fisicamente apenas a presidência Pro-Tempore, que é rotativa entre os países do bloco, possuindo, portanto, uma estrutura mais superficial e dispersa. Atualmente, o México exerce a Presidência Pro Tempore, país que também sediou a última cúpula da Celac, em 2021 (CEPAL, 2021). Os países devem se organizar para cumprir os tratados assinados, sendo uma organização que funciona mais como articulação política, já que foi o primeiro bloco que reuniu todos os países da América Latina e do Caribe, sem a presença dos Estados Unidos e Canadá (MATHIAS, 2017).

Semelhante à Alba, a falta de instituições limita o campo de ação do bloco às cúpulas e esta organização pode ser considerada estratégica, pois reduz os custos dos Estados. Outro limite para o funcionamento da Celac, como no Mercosul, é a tomada de decisões por consenso, que impede um avanço decisivo em questões importantes. No entanto, deve-se destacar que se tornou um instrumento de diálogo entre a América Latina e a União Européia, por exemplo, além de outros países como China, Rússia e Índia.

Nota-se, portanto, que os blocos econômicos possuem limites e potencialidades distintas, o que deixa claro que a estrutura institucional influencia a Integração Regional de maneira significativa, seja em relação ao poder decisório dado aos órgãos, ao intergovernamentalismo, ao regionalismo aberto ou fechado e, até mesmo, em relação ao fato de possuir personalidade jurídica. A seguir serão apresentados os principais resultados observados a partir desta análise.

Considerações finais

Ao observar a estrutura, composição e tratados dos blocos analisados, é possível fazer algumas afirmações sobre a influência da estrutura institucional dos blocos no processo da Integração Regional. Em relação ao Mercosul, nota-se que o bloco avançou pouco em seus objetivos, o que pode estar relacionado a questões que se referem ao

processo decisório por consenso, às exceções em seus tratados, bem como o modelo de regionalismo a que mais se relaciona, um modelo multilateral, embora possua grande dependência de Brasil e Argentina. O Mercosul, apesar de se considerar supranacional, possui traços de intergovernamentalismo, favorecendo as potências já mencionadas neste parágrafo, dada a assimetria econômica. O que também favorece o caráter intergovernamental é o diálogo interpresidencial, característica marcante do Mercosul. Uma potencialidade do bloco está relacionada ao Parlasul. Caso este órgão venha a ter poder decisório, tal elemento pode favorecer o caráter da participação cidadã no bloco.

No que se refere à Unasul, ela possui entre seus objetivos a Integração, ao contrário do Mercosul, que tinha como objetivo inicial se tornar um Mercado Comum. A Unasul também se caracteriza como intergovernamental, dada a forte independência dos Estados-Nação na tomada de decisões e sua influência política e econômica no bloc, fator que pode ter levado ao esvaziamento do bloco, e que irá depender do resultado eleitoral brasileiro de 2022. Sua estrutura é semelhante à da Celac, possuindo apenas algumas divergências pontuais, como o Conselho de Ministros das Relações Exteriores, que na Celac está no topo, tendo a mesma competência do Presidência Pró-Tempore. Além disso, enquanto a Celac é organizada por reuniões, a Unasul é organizada por Conselhos.

Em relação à Alba, ela não buscou, de maneira declarada, seguir etapas de Integração. Ela surgiu a partir de um acordo entre apenas dois países, Venezuela e Cuba, sendo inicialmente considerada o bloco mais intergovernamental de todos. No entanto, atualmente, é composta por 10 países, o que denota o avanço da Integração. Algo que dificulta a Integração Regional do bloco é o fato de não possuir personalidade jurídica no direito internacional, o que pode dificultar a deliberação. Entretanto, possui um ponto positivo para a Integração, sua estrutura institucional, uma vez que todos os órgãos possuem o mesmo nível de poder. O aumento da adesão ao bloco pode favorecer o estabelecimento de órgãos da estrutura em outros países, uma vez que o fato de a maior parte da estrutura estar na Venezuela pode impactar as atividades do bloco, que é influenciado pelo chavismo, sendo a vontade política da Venezuela um elemento importante para a Alba. Neste caso, se a Venezuela não se posicionar de forma distinta com relação ao petróleo nos próximos anos, o bloco tende a ser esvaziado, o que também pode acontecer devido ao fato de o bloco depender de dois

países.

Por fim, em relação à Celac, um avanço é o fato de o bloco reunir todos os 33 países da América Latina. No entanto, nota-se que o bloco pode ser considerado mais como uma aliança estratégica do que um processo de Integração Regional, pois possui fisicamente apenas a Presidência Pro Tempore e possui uma estrutura institucional simplificada, tendo como limite, da mesma forma que o Mercosul, a tomada de decisões por consenso. No entanto, cabe salientar a Celac como uma importante ferramenta de fortalecimento da América Latina no cenário internacional.

Nota-se, portanto, que Unasul e Celac têm objetivos semelhantes, que se relacionam, no caso da Celac, com um posicionamento e fortalecimento da América Latina vis-à-vis os países do Norte e, no caso da Unasul, com a busca da estabilidade nos países da Sul América do Sul. Existem algumas diferenças entre as quatro perspectivas. Embora o Mercosul atenda às necessidades do comércio e reúna vizinhos em conflito, como Brasil e Argentina, por meio do compromisso gerado pela integração, a Unasul e a Celac atuam com perspectivas regionais mais amplas e mais focadas na concentração política. Alba é completamente diferente de outras iniciativas. Não tem entidade supranacional, é claramente intergovernamental, sobretudo, ao olhar para o contexto de surgimento do bloco. O fato de este bloco ser o que mais avançou na cooperação pode estar ligado a essas características, mas cabe destacar seu esvaziamento nos últimos anos e trazer a hipótese de que isso também está relacionado às mesmas características.

Ainda, destaca-se que a Unasul possui muita familiaridade com a Alba, sobretudo, no que se refere à dependência econômica do Brasil, que pode prejudicar o desenvolvimento do bloco, mas que, ao mesmo tempo, se mostra como uma estratégia de proteção. As decisões e andamentos da política e economia no Brasil em 2022 irão influenciar sobremaneira o sucesso ou fracasso da Integração Regional da Unasul.

Uma conclusão geral relevante é que o fortalecimento institucional não levou a uma maior integração, o que é claramente visto na experiência da Alba, com a ressalva da posição tomada pelo bloco em relação ao petróleo, que acarretou prejuízos ao bloco nos últimos anos. Além disso, nota-se uma influência de grandes potências regionais, principalmente no caso do Mercosul e da Unasul. Nota-se que o Mercosul possui um caráter econômico, embora seja importância destacar sua força

política e econômica no cenário internacional, enquanto a Unasul e o Celac possuem um caráter relacionado ao fortalecimento político da América Latina, embora superficial e, por fim, a Alba, a partir do que foi observado na análise, é a que mais se aproxima de um processo de Integração Regional, embora tenha sido observada uma retração frente ao cenário internacional nos últimos anos.

Referências

- AGÊNCIA SENADO. Avanços e desafios do Mercosul são tema de debate do Senado nesta sexta-feira. **Senado Notícias**. 20 abr. 2021. Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/04/20/avancos-e-desafios-do-mercossul-sao-tema-de-debate-do-senado-nesta-sexta-feira>. Acesso em: 30 nov. 2021.
- ALBA. Alianza Bolivariana para os povos da América. **Declaración Conjunta entre el Presidente de la República Bolivariana de Venezuela y el Presidente del Consejo de Estado de la República de Cuba para la Creación del ALBA**. Havana, 2004. Disponível em: <http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=2060>. Acesso em: 11 nov. 2021.
- ALBA. Alianza Bolivariana para os povos da América. **Declaración Final de la Primera Reunión Cuba-Venezuela para la Aplicación de la Alternativa Bolivariana para las Américas**. Havana, 2005. Disponível em: <http://www.alianzabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=231>. Acesso em: 11 nov. 2021.
- ALBA. Alianza Bolivariana para os povos da América. **Acuerdo para la aplicación de la Alternativa Bolivariana para los pueblos de nuestra América y el Tratado de Comercio de los pueblos**. Havana, 2006. Disponível em: <http://www.alternativabolivariana.org/modules.php?name=Content&pa=showpage&pid=516>. Acesso em: 11 nov. 2021.
- ALGARRA, Juan Sebastián Cañón. **La alba y el petróleo en la estrategia de consolidación regional de Venezuela: entre el regionalismo posthegemónico y la fragilidad institucional**. 2020. 61 p. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Faculdade de Ciência Política e Relações Internacionais. Bogotá: Pontificia Universidade Javeriana, 2020.
- ALVAREZ, María Victoria. Theory of Hegemonic Stability in South American Regionalism? Evidence from the Case of Brazil in UNASUR and Venezuela in ALBA). São Paulo. **Contexto Institucional**, v. 43, n. 1, jan/apr 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cint/a/8Nrr63xBrBn7tM5HbrHPTJj/?lang=en&format=pdf>; Acesso em: 10 nov. 2021.
- ANGELO, Tiago. Novo bloco sul-americano, Prosul “já nasce excludente”, diz especialista. São Paulo. **Brasil de Fato**. 22 mar. 2019. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/03/22/novo-bloco-sul-americano-prosul-ja-nasce-excludente-diz-especialista>. Acesso em: 30 dez. 2021.
- ANTUNES, Diego. O processo de declínio da Unasul: causas e consequências para o regionalismo sul-americano. **Estudos Internacionais**, Belo Horizonte, v. 9, n. 1, abr. 2021, p. 131-149.
- APOITIA, Eduarda. **ALBA-TCP: A influência da alternativa pós-liberal para a integração latino-americana**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações

Internacionais), Universidade Federal do Pampa. Santana do Livramento: Unipampa, 2015.

ARAÚJO, Flávia Loss de.; NEVES, Bárbara Carvalho. **Regionalismo, crise venezuelana e a pandemia do COVID-19: o impacto da fragmentação regional no cenário atual (2013-2020)**. Porto Alegre, Rio Grande do Sul. *Rev. Conj. Aust.* v. 12 n. 58. abr./jun. 2021. Disponível em:

<https://www.seer.ufrgs.br/ConjunturaAustral/article/view/110583/61585>. Acesso em: 30 dez. 2021.

BALASSA, Bela. **Teoria da integração Econômica**. Lisboa. Clássica Editora, 1964.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores. **I Cúpula da Comunidade dos Estados Latinoamericanos e Caribenhos (CELAC) - Caracas, 2 e 3 de dezembro de 2011 - Documentos Aprovados**. Caracas, 2011. Atual. em 16 out. 2017. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/i-cupula-da-comunidade-dos-estados-latinoamericanos-e-caribenhos-celac-caracas-2-e-3-de-dezembro-de-2011-documentos-aprovados. Acesso em: 10 out. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Denúncia do Tratado Constitutivo da União de Nações do Sul-americanas (UNASUL)**. 2019. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/canais_atendimento/imprensa/notas-a-imprensa/2019/denuncia-do-tratado-constitutivo-da-uniao-de-nacoes-sul-americanas-unasul. Acesso em: 30 dez. 2021.

BRASIL. MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES. **Saiba mais sobre o MERCOSUL**. 2021. Disponível em: https://www.gov.br/mre/pt-br/assuntos/mercosul/saiba-mais-sobre-o-mercosul/saiba-mais-sobre-o-mercosul#ouro_preto. Acesso em: 02 nov. 2021.

CALVENTO, Mariana; ROLANDI, María Lís. Reconfiguración de la Cooperación Sur-Sur en la región latinoamericana y la participación internacional de los actores subnacionales. *Revista Mexicana de Ciencias Políticas y Sociales*, v. 60, n. 224, maio./ago. 2015, p. 315-348.

CEPAL. Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe. **Perspectivas do comércio internacional da américa-latina e do Caribe em 2020: a Integração Regional é a chave para repureração pós crise**. Disponível em: <https://repositorio.cepal.org/handle/11362/46627>. Acesso em: 30 dez. 2021.

CÚPULA DA ALBA PROPÕE AUTOSSUFICIÊNCIA ALIMENTAR E MÉDICA A SEUS 10 PAÍSES-MEMBROS. Estado de Minas. 14 de dezembro de 2021. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/12/14/interna_internacional,1331124/cupula-da-alba-propoe-autossuficiencia-alimentar-e-medica-a-seus-10-paises.shtml. Acesso em: 30 dez. 2021.

FERREIRA, Lucas Gonçalves de Oliveira. Avanços e retrocessos do processo de integração regional do Mercosul: para além de uma institucionalização vazia. 7. Encuentro de Estudios Sociales desde América Latina y el Caribe. *Espirales*. Edição Especial. jan. 2021. Disponível em: <https://revistas.unila.edu.br/espiales/article/view/2685/2471>. Acesso em: 30 de dez. 2021.

FRANK, André Gunder. G. O desenvolvimento do subdesenvolvimento Latino-Americano. In: PEREIRA, Luiz. **Urbanização e subdesenvolvimento**. Rio de Janeiro: Zahar. p. 25-38, 1979.

FREITAS, William Daldegan. **Aliança bolivariana para os povos de nossa América (ALBA): as particularidades de um projeto inovador**. 3ª Encontro Nacional ABRI. Belo Horizonte, Minas Gerais. 3. Encontro Nacional. abr. 2011. Disponível em: http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?pid=MSC0000000122011000300058&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 30 dez. 2021.

- GINESTA, Jacques. **El Mercosur y su contexto regional e internacional: una introducción**. Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- GOMES, Eduardo Biacchi. A supranacionalidade e os blocos econômicos. Curitiba, *Revista da Faculdade de Direito da Universidade Federal do Paraná*. v. 38. p. 159-183, 2003.
- GRATIUS, Susanne; PUENTE, José Manuel. Fin del proyecto alternativo ALBA? Una perspectiva política y económica. *Revista de Estudios Políticos*, n. 180, 2018, p. 229-252.
- GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **O imperialismo, o sistema internacional e o Brasil: reflexões sobre a política internacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2013.
- JARRÍN, P. *et al.* Knowledge gaps in Latin America and the Caribbean and economic development. *World Development*, v. 146, 2021, e105602.
- KINDERMANN, M. P. **Direito internacional: livro didático**. 2. ed. Palhoça: Unisul Virtual, 2006.
- LOYOLA, Guilherme Frizzera. **A Defesa na União latino-americana: do Congresso do Panamá a Unasul (1826 - 2008)**. 2021. 191 p. Tese (Doutorado em Relações Internacionais da Universidade de Brasília) - Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais. Brasília: UnB, 2021.
- MARIANO, Marcelo Passini; MARIANO, Karia Lilia Pasquariello. **As teorias de Integração Regional e os Estados subnacionais**. 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/242226207_As_teorias_de_integracao_regional_e_os_Estados_Subnacionais. Acesso em: 30 set. 2021.
- MATHIAS, Meire. **Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC): unidade, diversidades e assimetrias**. Trabalho preparado para sua apresentação no 9º Congresso Latinoamericano de Ciência Política, organizado pela Associação Latinoamericana de Ciência Política (ALACIP). Montevideo, 26-28 jul. 2017. Disponível em: <http://www.congresoalacip2017.org/arquivo/downloadpublic2?q=YToyOntzOjY6InBhc mFtcyl7czozNToiYToxOntzOjEwOiJJRF9BUlFVSZPjtzOjQ6lMwNDkiO3oiO3M6MT0iaCI7czozMjoiYjZkYTRhMTQyYzA3ODdiMjI4N2VjZWU3Yjg1M2JlZWliO30%3D>. Acesso em: 30 dez. 2021.
- MERCOSUL. Mercado Comum do Sul. **Folheto Cooperação Internacional no MERCOSUL**. 2016. Disponível em: <https://www.mercosur.int/documento/folheto-cooperacao-internacional-no-mercosul/>. Acesso em: 30 dez. 2021.
- MERCOSUL. Mercado Comum do Sul. **Organograma**. 2021a. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/organograma-mercosul/>. Acesso em: 30 dez. 2021.
- MERCOSUL. Mercado Comum do Sul. **Parlamento do MERCOSUL (PARLASUL)**. 2021b. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/quem-somos/parlasul/>. Acesso em: 30 dez. 2021.
- MERCOSUL. Mercado Comum do Sul. **Protocolo de Ouro Preto**. Promulga o Protocolo Adicional ao Tratado de Assunção sobre a Estrutura Institucional do MERCOSUL. Ouro Preto, 17 dez. 1994.
- MERCOSUL. Mercado Comum do Sul. **Tratado de Assunção. Tratado para a constituição de um Mercado Comum entre a República Argentina, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai**. Assunção, 1991. Disponível em: <https://www.mercosur.int/pt-br/documento/tratado-de-assuncao-para-a-constituicao-de-um-mercado-comum/>. Acesso em: 11 nov. 2021.
- NERY, Tiago. UNASUL: a dimensão política do novo regionalismo sul-americano. Salvador. *Caderno C R H*, v. 29, n. SPE 03, p. 59-75, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ccrh/a/qJc4qDsijqYNTyPtGHm9Shm/?lang=pt>. Acesso em:

30 dez. 2021.

OLIVEIRA, Alessandra Cavalcante. **A Integração Regional como mecanismo para uma melhor inserção da América Latina em um mundo globalizado**. Salvador, Bahia. In: 16. FOMERCO - Fórum Universitário Mercosul, set. 2017.

PAÍSES DO MERCOSUL LIDERADOS PELO BRASIL EM 2021. Conexos. 8 set. 2020. Disponível em: <https://blog.conexos.com.br/paises-do-mercosul-liderados-pelo-brasil-2021/>. Acesso em: 8 set. 2021.

PINTO, Messias de Sá. **A Área de Livre Comércio das Américas e os Interesses da União Europeia na América Latina**. Tese (Doutorado em Economia e Gestão) - Universidade do Minho. Braga: UMinho, 2004.

PORRATA-DORIA, Rafael A. ALBA and UNASUR: Back to the Future? **Santa Clara Journal of International Law**. 2022.

RÔSE, Guilherme Augusto Romeiro.; CESTARI, Isabel Cristina Rodrigues. Como exportam as duas principais economias da América Latina: comparação entre o Brasil e México. Jaboticabal-SP -Brasil. **Revista Ciência & Tecnologia**. Fatec Nilo De Stéfani (Fatec-JB). v. 12, n.1, 2020. Disponível em: <https://citec.fatecjab.edu.br/index.php/citec/article/view/16/75>. Acesso em: 30 dez. 2021.

REZEK, Francisco. **Direito Internacional Público: curso elementar**. 17. ed. São Paulo: Saraiva, 2018.

SABBATINI, Rodrigo Coelho. **Multilateralismo, Regionalismo e o Mercosul**. São Paulo: Facamp, 2001.

SENHORAS, Elói Martins. Economia Política entre Multilateralismo e Regionalismo. **Carta Internacional**, v. 1, n. 2, p. 59-68, 2008.

SOUZA, Nilson Araújo. **América Latina: as ondas da integração**. Rio de Janeiro: OIKOS, v. 11, p. 87-126, 2012.

UNASUL. União das Nações Sul-americanas. **Tratado constitutivo**. 2008. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/relacoes_internacionais/unasul/normativaa_unasula_2017.pdf . Acesso em: 30 out. 2021.

VALDEZ, R. C. C.; Jubran, B.; Leães, R. F. (2015). **Relações Internacionais: conceitos básicos e aspectos teóricos**. Textos para Discussão FEE, Texto 131, Porto Alegre. Disponível em: http://www.fee.rs.gov.br/wp-content/uploads/2015/05/20150525relacoes-internacionais_-conceitos-basicos-e-aspectos-teoricos.pdf. Acesso em: 22 set. 2021.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Capitalismo histórico e civilização capitalista**. Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

Recebido: 31 Jan 2022

Aceito: 22 Mai 2022